



À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ilmo(a). Sr(a). Pregoeiro(a)  
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 169/2022

**COOK EMPREENDIMENTOS EM ALIMENTAÇÃO COLETIVA LTDA.**, sociedade empresária sediada em Belo Horizonte MG, na Av. Raja Gabaglia, nº 285, bairro Cidade Jardim, CEP 30380-103, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o número 16.654.626/0001-51, neste ato representada por seu sócio-administrador, nos autos do procedimento licitatório modalidade Pregão Eletrônico n.º 169/2022, vem respeitosamente à presença de V.Sa., fulcrada no item 29 do Instrumento Convocatório, apresentar tempestivamente a presente

#### **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

com base nas matérias de fato e de direito a seguir esposadas, **para ao final requerer a suspensão do procedimento licitatório em curso e modificação dos itens editalícios impugnados:**

##### **I – DO CABIMENTO DA IMPUGNAÇÃO E TEMPESTIVIDADE:**

Prevê o item 22.3 do edital ora impugnado:

29.1 - Qualquer pedido de esclarecimento ou de impugnação deverá ser enviado eletronicamente ao pregoeiro no endereço com cópia para [pregaoeletronico.friburgo@gmail.com](mailto:pregaoeletronico.friburgo@gmail.com) até 3 (três dias úteis anteriores à data fixada no edital para abertura da sessão pública.

Considerando que a data prevista para abertura da Sessão Pública é o dia 31/10/2022 (segunda-feira), desta feita, o termo final para apresentação da peça termina em 26/10/2022 (quarta-feira). Assim, temos que a presente peça é legal, tempestiva e deverá ser conhecida e julgada no prazo previsto no instrumento, o que se requer desde já.

## **II – ILEGALIDADE / OMISSÃO RELEVANTE - DA INEXISTÊNCIA DE EXIGÊNCIA DE REGISTRO DO(S) ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA – ITEM 21.2 DO EDITAL – EXIGÊNCIAS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – ILEGALIDADE POR OMISSÃO**

A presente impugnação dirige-se contra a **falta de previsão no edital do devido registro na entidade profissional no(s) atestado(s)** que comprova a aptidão para o fornecimento de alimentação, cujo cumprimento **é obrigatório** como determina o art. 30, § 1º, da Lei 8.666/93, na prática, fragilizando a execução do serviço e do ponto de vista formal, trazendo nulidade ao certame.

21.2 Deverá apresentar ATESTADO, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e favor da empresa licitante, que comprove a aptidão para o desempenho da atividade, pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, comprovar ter prestado serviços de fornecimento de alimentação em outras unidades de saúde e que englobe o fornecimento de gêneros e produtos alimentícios, estocagem, preparo, manipulação e a distribuição de alimentação normal e dietética, fórmulas infantis e alimentos complementares, com disponibilização de mão de obra qualificada para a execução das tarefas, bem como, equipamentos, materiais e utensílios.

O art. 30, §1º da Lei 8.666/93 (norma utilizada de forma subsidiária neste pregão) determina **expressamente** que a comprovação de aptidão e serviços, será feita por **atestados devidamente registrados nas entidades profissionais competentes**, neste caso, o Conselho Regional de Nutricionistas (CRN), *in verbis*:

Art.30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;



§1º. A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, **devidamente registrados nas entidades profissionais competentes**, limitadas as exigências a: (...). (g.n)

Como se vê, a lei é clara e evidencia a necessidade (e não faculdade) de registro do atestado no órgão fiscalizador do exercício da atividade licitada, exigência que **restou omissa no edital em comento**.

Portanto, exigir os atestados de capacidade técnica sem o devido registro na entidade profissional competente (CRN) **implica em manifesta violação ao texto legal supratranscrito**.

Tal ausência fere de morte os princípios norteadores da Administração Pública, especialmente o princípio da eficiência (art. 37, da CF), na medida em que, **possibilita a participação de pessoa jurídica inabilitada para executar a atividade**, que por sua vez é devidamente regulamentada pelo poder público. Fere, ainda, o princípio da legalidade, em que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

Registre-se de logo que as atividades de fornecimento de alimentação são devidamente regulamentadas por **Autarquia Federal (Conselho Federal de Nutricionistas<sup>1</sup>**, no exercício das competências previstas na Lei nº 583, de 20 de outubro de 1978, que dita normas relacionadas ao setor.

Assim, operando dentro de sua competência delegada (Federal), o Conselho Federal de Nutricionistas expediu a Resolução nº 380/2005, e com fundamento no Inciso VIII, do Artigo 3º, e incisos III, IV, VII e VIII do Artigo 4º da Lei nº 8.234/91, estabeleceu

---

1 **O Conselho Federal** de Nutricionistas (CFN) foi criado pela Lei nº. 6.583, de 20 de outubro de 1978, e regulamentado pelo Decreto nº. 84.444, de 30 de janeiro de 1980. **É uma autarquia federal** sem fins lucrativos, de interesse público, com poder delegado pela União para normatizar, orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício e as atividades da profissão de nutricionista em todo o território nacional, em defesa da sociedade. É um órgão central do Sistema CFN/CRN.



uma série de exigências atinentes à natureza da atividade, inclusive impondo às empresas que operam no setor uma série de exigências, com o nítido objetivo de garantir a segurança e a qualidade da execução de serviço altamente delicado, como o de alimentação.

Dentre as exigências mencionadas, está a obrigatoriedade de registro dos atestados de capacidade, para fins de licitação, como preceitua a Resolução CFN nº 510/2012, art. 1º:

Art. 1º **O registro do atestado de capacidade técnica**, para fins de comprovação de aptidão para desempenho de atividades nas áreas de alimentação e nutrição, **previsto na Lei Geral de Licitações**, **será feito no Conselho Regional de Nutricionistas (CRN)** com jurisdição no local onde os serviços foram executados.

Ocorre que o Edital impugnado não traz nenhuma exigência técnica (habilitação técnica) compatível com a norma licitatória (art. 30, §1º da Lei nº 8.666/93), ou mesmo que ATENDA AS EXIGÊNCIAS PRÓPRIAS DAS NORMAS REGULADORAS DA ATIVIDADE. Ou seja, o Edital, neste ponto, **é ilegal**.

Para além de ser exigência legal, a qual a ilustre comissão de licitação está vinculada, o registro na entidade profissional é exigido porque confere confiabilidade ao atestado. Somente com a averbação há a certeza de que o licitante apresentou documentação idônea, apta a comprovar que os serviços atestados foram realizados de modo compatível com as exigências da entidade controladora do exercício profissional.

Sabe-se que a Administração não goza, jamais gozou de discricionariedade para afastar exigência prescrita em lei. O procedimento licitatório desenvolve-se mediante atividade vinculada, significando ausência de liberdade para o Administrador.

Transcrevemos abaixo, a título de exemplificação, a obrigatoriedade de averbação dos atestados de capacidade técnica, no bojo de editais que também licitaram o fornecimento de refeições, incluindo Universidades Federais, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal de Goiânia (UFG):



**a) EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 285/2016 PROMOVIDO PELA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**

8.1.1, E. Cópia da chancela para registro de Atestado de comprovação de aptidão para desempenho de atividades (emitido por empresa da mesma jurisdição do CRN), conforme Resolução do CFN Nº510/2012.

**b) EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 110/2017 PROMOVIDO PELA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

a) No mínimo, 01 (um) Atestado (ou declaração) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, registrado no Conselho Regional de Nutrição;

**c) EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 061/2016 PROMOVIDO PELO  
INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA – IJF – NÚCLEO HOSPITAL DAS CLÍNICAS  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**

“ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA EMITIDO POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, ESTABELECIDO NO BRASIL, QUE COMPROVE A ATUAÇÃO NO RAMO DE ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR, COM CARACTERÍSTICAS E QUANTIDADES EQUIVALENTES AO OBJETO DESTA LICITAÇÃO, DEVIDAMENTE AVERBADO NO CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS, NA FORMA ESTABELECIDO NA RESOLUÇÃO Nº 510/2012 DO CONSELHO FEDERAL DE NUTRIÇÃO”.

**d) EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0020/13 PROMOVIDO PELA  
CASA DA MOEDA DO BRASIL**

“4.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA, PREENCHIDO(S) CONFORME MODELO DO ANEXO IX, DEVIDAMENTE AVERBADO(S) NO CRN (CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS) DA JURISDIÇÃO ONDE FORAM EXECUTADAS AS ATIVIDADES, bem como CRN4 (4ª Região – Rio de Janeiro), expedido(s) por Pessoa(s) Jurídica(s) de Direito Público ou Privado, que na condição de cliente(s) final(is), comprove(m) de forma individualizada, que a licitante tem experiência bem sucedida, em fornecimentos similares ao objeto desta licitação, demonstrando ter capacidade de preparar e servir refeições no próprio local, no mínimo de 80% do total de refeições



(almoço e jantar)/mês servidas na CMB, conforme previsto no subitem “1.20” do ANEXO I, parte integrante deste Edital, podendo a CMB diligenciar quanto a veracidade dos Atestados.”

**e) EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 16/2016 PROMOVIDO PELO  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS  
HOSPITALARES, HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO PIAUÍ**

“10 DA HABILITAÇÃO - 10.2.2 Um Atestado (ou declaração) de Capacidade Técnica, ou mais, **devidamente registrados nas entidades profissionais competentes**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, que comprove experiência compatível com o objeto desta licitação (Art. 30, lei 8.666/93).”

Como visto, exercendo o seu mister, inúmeras são as entidades – incluindo outras Universidades Federais - que se valem da garantia legal da fiscalização exercida pela autarquia federal, no caso presente, do Conselho Federal de Nutricionistas, possibilitando-os a contratar com empresas que têm por objeto o preparo e fornecimento de alimentação, de forma segura e confiável.

Veja-se que em recentíssimo edital publicado pela filial EBSEH Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais, restou, devidamente justificada a exigência de registro dos atestados no CRN:

É dever da Administração garantir que as empresas participantes tenham um mínimo de documentação técnica e que possam sofrer fiscalização de órgãos técnicos e sanitários, quanto à prestação de serviços de risco à saúde humana, como é o caso em tela.

O Edital, por todo o exposto, **está em desacordo com a lei** pelo fato de não exigir que o(s) atestado de capacidade técnica do licitante proponente esteja(m) registrado na entidade profissional competente, descumprindo, assim, o que determina o §1º do art. 30 da Lei 8.666/93.

Necessário ressaltar que a exigência, ora ausente, de forma alguma afronta qualquer dos princípios que regulam a licitação, notadamente, o da competitividade. Isso porque se trata de requisito corriqueiro, normal nesse ramo de atividade, exigido na maior parte dos certames, além do que, todos os Conselhos Regionais de Nutricionistas registram sem qualquer dificuldade os atestados de capacidade técnica.



Diante do exposto, o item 21.2 contraria dispositivo legal, devendo ser revisto, para então prever a obrigatoriedade do registro do(s) atestado(s) de capacidade técnica na entidade profissional competente (Conselho Regional de Nutricionistas), conforme exigido pelo art. 30, §1º, da Lei 8.666/93.

### **III – OMISSÕES - ILEGALIDADES QUE RESTRINGEM A COMPETITIVIDADE**

O edital traz omissões que ferem o processo licitatório em seu princípio mais básico norteado pela Lei de Licitações que é o da AMPLA PARTICIPAÇÃO do maior número de licitantes e tal exigência afronta às normas que regem o procedimento licitatório, como à frente procuraremos demonstrar.

Consta que no edital que o objeto do certame é:

O REGISTRO DE PREÇOS para Contratação de empresa especializada no fornecimento de ALIMENTAÇÃO TRANSPORTADA, sob demanda, para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações contidas no termo de referência anexo i deste edital.

Portanto, se trata de aquisição de alimentação transportada.

O item 4.4 do Termo de Referência aduz que 4.4 “tendo em vista a interdição da cozinha da Unidade, o preparo do alimento realizar-se-á nas dependências da Contratada, exclusivamente para a alimentação hospitalar, devendo ser assegurado uma alimentação balanceada em condições higiênico-sanitárias adequadas e entregues na dependência da Unidade e podendo ser supervisionada pelo fiscal do presente contrato, quando necessário, através de visita técnica.”

Contudo, em nenhuma parte do edital localizamos a data de início dos serviços, informação de suma importância, especialmente para as licitantes de fora do Rio de Janeiro.

Como se sabe, o local da prestação dos serviços é na cidade de Nova Friburgo. Portanto, caso a empresa vencedora do certame seja de fora da cidade,



necessitará se estabelecer no local, montar uma cozinha industrial, contratar pessoal, requerer as licenças, dentre outras providências.

Afinal, não se pode pretender que um proponente que pela primeira vez irá participar de uma licitação em Nova Friburgo possua uma cozinha industrial situada naquele Município em perfeitas condições de funcionamento, com pessoal contratado e todas as licenças emitidas. Desta forma, é necessário conceder prazo razoável para início da execução. Entende-se como prazo razoável período não inferior a 30 dias úteis a contar da assinatura do contrato. Sem isso, restringe-se ilegalmente a competitividade do certame, reduzindo o universo de participantes a empresas de Nova Friburgo apenas, o que contraria o art. 30, § 6º, da Lei 8.666/1993, que proíbe exigências de propriedade e de locação prévia para a participação em licitações, e restringe a competitividade do certame.

Portanto, urge a necessidade de assinalar prazo para início dos serviços, não inferior a 30 dias úteis da assinatura do ajuste.

A ausência da informação de quando os serviços serão iniciados ou a indicação de prazo exíguo para o princípio do fornecimento só atrairá para o certame empresa que já possua UAN na cidade de Nova Friburgo.

Como se sabe, trata-se de fornecimento de alimentação na modalidade transportada, em que a empresa vencedora deverá implantar uma cozinha industrial no local da prestação dos serviços.

A sistemática não demanda raciocínios maiores, pois o prazo exíguo para entregar uma cozinha industrial, que se reveste de complexidade em razão das inúmeras normas a que se submete, certamente afastará a adesão de vários licitantes interessados em outros Estados e Municípios. Por consequência o objetivo magno da realização de certames licitatórios, qual seja, a seleção da melhor proposta, não será alcançada.

Nesta esteira, necessário ressaltar que deve ser assinalado prazo razoável para preparação das instalações onde serão produzidas as refeições objeto do certame, o que se entende por razoável um lapso não inferior a 30 (trinta) dias úteis, a contar da assinatura do contrato.

Isto porque a estipulação de prazo demasiadamente curto acabará, por ferir os princípios da IMPESSOALIDADE, COMPETITIVIDADE E DA RAZOABILIDADE, na medida





em que favorecerá todo licitante que já possuir cozinha disponibilizada e pronta no local da prestação dos serviços, o que se mostra ilegal. É terminantemente proibida exigência de propriedade e de localização prévia. Senão vejamos:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

§6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, **serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade**, sob as penas cabíveis, **vedada as exigências de propriedade e de localização prévia**.

Assim, as cláusulas mencionadas extrapolam os limites legais previstos no art. 30, §6º, da Lei 8.666/93, bem como traz impropriedades com notório potencial para **direcionar e restringir** a competitividade, infringindo os artigos 3º, §1º, e 30, §1º, inciso I, da Lei 8.666/93 e jurisprudência sistematizada do TCU.

O Edital da forma que se encontra previsto fere gravemente o Princípio da Legalidade, o qual determina que inexistindo previsão legal para uma hipótese, não há possibilidade de atuação administrativa, pois a vontade da Administração é a vontade expressa em Lei, sendo irrelevantes as opiniões ou convicções pessoais de seus agentes.

Por isso que o Edital combatido deve ser revisto para serem extirpadas as nulidades apontadas, **assinalando-se o prazo de, ao menos, 30 (trinta) dias para início dos serviços**.

## VI - DOS PEDIDOS:

Por todo o exposto, requer a Impugnante seja a presente Impugnação recebida e julgada procedente, de acordo com os supracitados motivos, adequando o procedimento licitatório e consequentemente o Edital impugnado ao comando legal e à realidade da prestação efetiva de seu objeto, para que:

(i) Seja revisto o item 21.2 para então prever a obrigatoriedade do registro do(s) atestado(s) de capacidade técnica na entidade profissional competente (Conselho Regional de Nutricionistas), conforme exigido pelo art. 30, §1º, da Lei 8.666/93.



(ii) Seja incluindo no edital e termo de referência a informação da data de início dos serviços, que tal prazo não seja inferior a 30 (trinta) dias úteis a contar da assinatura do contrato.

Termos em que  
Pede deferimento

Belo Horizonte/MG, 26 de outubro de 2022.

**Cook Empreendimentos em Alimentação Coletiva Ltda**  
**Assina: Thiago Rodrigues Bastos - Sócio Diretor**